

Oito décadas de história



SENGE-RJ comemora 80 anos de lutas e conquistas

PÁGINAS 4 e 5

Os desafios à frente da entidade
na voz dos seus dirigentes

PÁGINA 3

Sindicato propõe polo tecnológico
no interior do estado

PÁGINA 8

Uma trajetória exitosa

Os 80 anos que o SENGE-RJ comemora neste mês de setembro é motivo de orgulho de sua diretoria e de todo o conjunto de seus associados. Fundado como uma iniciativa de um grupo de engenheiros para defesa do mercado de trabalho para os engenheiros brasileiros e que, naquele momento, representava a luta em defesa da engenharia nacional, o SENGE-RJ marcou sua trajetória pelo engajamento e militância política. Evidentemente, as conjunturas com as quais a entidade foi se defrontando foram as mais variadas, pois afinal, nos anos 30, quando nosso Sindicato foi fundado, o país dava os primeiros passos rumo à industrialização e o Rio de Janeiro, como a capital do país, era o grande polo cultural e centro irradiador do que havia de mais moderno no Brasil.

Assim, nossa entidade foi construindo sua identidade nas lutas pela regulamentação profissional, pelo "petróleo é nosso", pelo salário mínimo profissional e, nos anos mais recentes, a partir da década de 80, no engajamento nas lutas gerais da classe trabalhadora brasileira. Este entendimento, de que a luta dos engenheiros faz parte de uma luta maior de todos aqueles que vivem do seu próprio trabalho, foi o segredo para a conformação do nosso perfil atual como sujeito político. A realidade dos engenheiros e seus problemas corporativos não se diferenciam nem entram em contradição na sua essência com os grandes desafios enfrentados pelos trabalhadores em geral.

A luta por uma sociedade orientada pela fraternidade e solidariedade entre as pessoas e não pelas leis do mercado, pelo fim das desigualdades sociais e igualdade de oportunidades para todos, pela radicalização da democracia nas relações políticas, pela soberania e igualdade de todos os países, enfim, todo um programa e um projeto de sociedade frontalmente diferente do que expressa a conjuntura atual, continua a embalar os nossos sonhos por uma real transformação apesar dos pesares.

Patrimônio da população do Rio

▪ **DARBY IGAYARA**

A história do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro se confunde com a própria história da construção da Central Única dos Trabalhadores em nosso estado, da qual o SENGE-RJ foi um dos principais protagonistas. Eram tempos difíceis, em que ditadura, embora agonizante, ainda restringia liberdades, ameaçava e perseguia. Mas era também um período muito rico no que se refere à mobilização política e social. Além de resistir ao autoritarismo, o povo brasileiro criava e consolidava entidades de classe na cidade e no campo, articulava um sem número de movimentos sociais e buscava alternativas político-partidárias classistas, democráticas e inovadoras.

No olho do furacão dessa efervescência política, surge o novo sindicalismo na região do ABC, em São Paulo. Liderado pelo então pouco conhecido Luiz Inácio da Silva, o Lula, o movimento se propunha a quebrar os paradigmas do sindicalismo brasileiro – atrelado ao Estado e, em boa medida, mais afeito aos arranjos de cúpula com patrões e governo do que voltado para a mobilização e a organização da luta dos trabalhadores – e inaugurar uma nova era nos embates entre capital e trabalho, apostando na mais ampla liberdade de organização sindical, nas representações dos trabalhadores nas empresas e na radicalização da democracia.

Esse movimento ganha corações e mentes em todo o país, põe os trabalhadores no centro do cenário político e desemboca na criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Aqui é muito importante resgatar o papel destacado e de vanguarda desempenhado pelo SENGE-RJ, não só na disseminação dos ideais do novo sindicalismo, como também na construção da CUT no estado. Quem viveu aquela época sabe do que estou falando. O SENGE-RJ era referência para tudo. Da cessão sem limites de sua sede para reuniões de apoio material e político às oposições sindicais que surgiam, do exemplo da ação política combativa de seus dirigentes à participação nas mobilizações da sociedade por democracia, o Sindicato dos Engenheiros do Rio foi escrevendo seu nome na história.

Virou também um respeitado celeiro de formação de quadros, com vários de seus dirigentes galgando posições de relevo na administração pública, nas empresas públicas e privadas, nos partidos, nos parlamentos, nas instituições de pesquisa, nas entidades da sociedade civil e na própria CUT.

Com o passar dos anos, o sindicato logrou estreitar cada vez mais seus laços com a população. Na linha sindicato-cidadão, segundo a qual para além da luta sindical propriamente dita, as entidades de classe devem se preocupar também com tudo que diga respeito ao bem estar da população, o SENGE-RJ firmou-se com ator de primeira grandeza da cena carioca e fluminense.

Isso porque a sociedade aprendeu a ouvir e respeitar as opiniões e formulações do SENGE-RJ. Se o assunto é transporte, por exemplo, a entidade, em razão do seu grande acúmulo de estudos e discussões, sem falar do preparo técnico, sempre tem o que propor, priorizando o usuário, a população, o transporte de massa, o preço justo. Mas se o debate for relacionado a saneamento, meio ambiente, água, esgoto, energia, eletricidade, eletrônica, telecomunicações, etc, a qualidade dos trabalhos apresentados pela entidade e suas proposições trazem a marca da competência, seriedade e do compromisso com o desenvolvimento social e econômico.

Sem descuidar da representação sindical dos engenheiros do estado, das suas lutas por melhores salários, condições de trabalho mais favoráveis e toda sorte de benefícios sociais, hoje considero o SENGE-RJ mais do que um sindicato. Seu papel transcende à luta economicista, situando-o entre as entidades da sociedade carioca e fluminense de inegável importância pública e voltada para os valores da cidadania. É com grande alegria que acompanho o êxito da política de criação de delegacias sindicais no interior do estado, pois tenho certeza que estes municípios têm muito a ganhar com a presença do SENGE-RJ.

Para mim, na condição de presidente da CUT-RJ, é motivo de muito alegria e orgulho contar com o SENGE-RJ entre os sindicatos filiados à Central. Em todas as oportunidades em que promovemos eventos em parceria, leio materiais do sindicato, ou participo de discussões sobre projetos da entidade, ou mesmo de conversas formais e informais com seus dirigentes, me sinto sempre em ótima companhia. Também na correria imposta pelos compromissos, muitas vezes sinto falta do embasamento que o contato mais amigável com o SENGE-RJ proporciona à CUT como central e a mim pessoalmente.

Vida longa para o nosso SENGE-RJ, patrimônio do povo do Estado do Rio de Janeiro.

* **Darby Igayara** – presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro



—Senge-RJ SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Jornalista responsável:
Tania Coelho (MT 16.903)
Redação: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 7.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Quem lutou, sabe contar

Atual e ex-presidentes do SENGE-RJ dizem ao JE o que foi mais marcante durante a gestão

Em homenagem àqueles profissionais que fortaleceram a luta do SENGE-RJ, o JE entrevistou alguns dos militantes que estiveram à frente da presidência da entidade. Os ex-presidentes do Sindicato Jorge Bittar, Ronaldo Macedo, Paulo Gonçalves, Sérgio Almeida e, o atual, Olimpio dos Santos, contam partes dessa história de conquistas, vividas em meio a cenários de tensão, com a difícil reabertura democrática no Brasil.

O engenheiro eletrônico Jorge Ricardo Bittar foi o presidente do SENGE-RJ entre 1980 e 1986. “A eleição de nossa diretoria para dirigir o Sindicato dos Engenheiros no período que se inicia em 1980 tinha a consagração do período de retomada das lutas democráticas no país com a reativação de importantes entidades representativas da sociedade, particularmente dos sindicatos”, afirma.

Transformações na política brasileira

Bittar conta que, desde os anos 60 e 70, as transformações no papel dos engenheiros na sociedade foram significativas. Os engenheiros tiveram a sua atividade massificada, o que motivava o intenso assalariamento da profissão. Para Bittar, o Sindicato dos Engenheiros foi uma referência política da sociedade do estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, Bittar ressalta que esteve à frente de processos de retomada das relações intersindicais e da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Participamos da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a Conclat, em 1981. E, em 1983, da fundação da CUT e das grandes lutas democráticas daquele período, sobretudo da Campanha das Diretas”.

Para o engenheiro, o Sindicato, articulado a entidades como o Clube de Engenharia e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), foi em defesa da tecnologia nacional, com debates em torno do problema do desemprego e da crise da dívida externa. “Portanto, foi um período profícuo de nossa atuação

no sindicato enquanto protagonista do processo de renovação do sindicalismo brasileiro. Construímos relação de amigos em todas as empresas ligadas ao sindicato e aqueles que se articulavam no movimento dos engenheiros”.

Movimento sindical em alta

De acordo com o engenheiro elétrico Ronaldo Barbosa Macedo, durante a presidência no SENGE-RJ, no período 1986-89, pôde testemunhar o crescimento sindical da entidade. Macedo, que participou de greves e do desenvolvimento da CUT, diz ter sentido reflexo de dificuldades. “Um dos obstáculos para a mobilização era a pulverização em muitas empresas e a pequena consciência de classe, mas isto começava a mudar na nova fase de crescimento do país, com a formação de grandes empresas, onde a presença dos engenheiros no total dos empregados era crescente”, ressalta.

Ronaldo Macedo, filiado ao Sindicato desde 1979, considera ter sido motivado num momento em que se iniciava a redemocratização política do Brasil. No entanto, o engenheiro pensa que foi complicado romper o pequeno grau de conscientização, pois, segundo ele, “tinha que atuar num movimento até então considerado exclusivo dos proletários”. O sindicalismo passa por adaptação às novas formas de trabalho, como a terceirização, que é um desafio num mundo cada vez mais globalizado.

Em prol da redemocratização

Segundo o engenheiro Paulo Augusto Gonçalves, na época de sua gestão no SENGE-RJ, de 1992 a 1995, o Brasil estava em transformação por um governo mais democrático, embora vivesse em regime inflacionário. “Os grandes produtos do momento eram as negociações coletivas. E as grandes ações, como aquelas do plano Collor e as inflacionárias, traziam os associados para perto do SENGE”.

Paulo Gonçalves, que hoje trabalha com políticas públicas na Eletrobras /



“Foi um período profícuo de nossa atuação no sindicato enquanto protagonista do processo de renovação do sindicalismo brasileiro”

JORGE BITTAR
1980/1986



“O sindicalismo passa por adaptação às novas formas de trabalho, como a terceirização, que é um desafio num mundo cada vez mais globalizado”

RONALDO MACEDO
1986/1989



“Acredito que o desafio do SENGE-RJ hoje é manter essa classe, essa defesa da satisfação do engenheiro”

PAULO GONÇALVES
1992/1995



“Procuramos mostrar que o processo de privatização não apenas afetava as conquistas corporativas, mas também comprometia o futuro do Brasil”

SÉRGIO ALMEIDA
1995/2001



“Devemos ir além das questões salariais e discutir as políticas públicas sociais”

OLÍMPIO DOS SANTOS
2009

Eletronuclear, assegura que deve sua experiência na atuação junto ao SENGE-RJ. Para ele, o desafio é transmitir uma conduta sindical por melhorias do engenheiro na sociedade. “Acredito que o desafio do SENGE-RJ hoje é manter essa classe, essa defesa da satisfação do engenheiro”, conclui.

Contra as privatizações

O engenheiro civil, Sérgio Barbosa Almeida, foi presidente do SENGE-RJ entre 1995 e 2001, época de luta contra as privatizações das estatais. Ele presenciou divergências de posições e a superação dessas diferenças. “Procuramos mostrar que o processo de privatização das estatais não apenas afetava as conquistas corporativas dos engenheiros, como salários, planos de saúde etc, mas também comprometia o futuro do Brasil”.

Sérgio Almeida diz que a alternativa que permitiu ao País enfrentar com sucesso a crise econômica mundial iniciada em 2008, não teria sido viável sem a garantia de investimentos das empresas que permaneceram estatais, como a Petrobras, Eletrobras, CEF, BNDES, entre outras.

Os desafios do sindicalismo

O atual presidente do SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, considera que o sindicalismo no Brasil ainda tem resquícios do atrelamento ao Estado. Além disso, é preciso direcionar o movimento sindical a qualidades de âmbito tanto administrativo quanto político, sendo um dos maiores desafios a luta por direitos de defesas coletivos dos trabalhadores.

“É preciso construir outras políticas para que as classes trabalhadoras avancem nessa democracia informal. Os sindicatos têm que lembrar que estamos em um país desigual. Devemos ir além das questões salariais e discutir as políticas públicas sociais”, ressalta ao citar a importância das políticas de Educação, Habitação, Mobilidade Urbana, entre outras, “para não correremos o risco de nos tornarmos uma sociedade altamente conservadora”, finaliza.

SENGE-RJ celebra 80 anos

Trajetoária é marcada por lutas e conquistas da categoria

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro completa 80 anos neste mês e comemora com satisfação suas lutas na categoria e sua atuação por direitos e deveres do trabalhador engenheiro. Todo esforço se reflete nas ações vitoriosas, como a fixação do Salário Mínimo Profissional e as mudanças no nome do Sindicato. O SENGE-RJ tem história para contar, a começar pela regulamentação da profissão.

A passagem do Brasil por um período delicado na política da década de 30, abre caminhos para transformações sociais. No plano ideológico, surgem as ideias corporativistas da sociedade e do Estado; a questão social; os conflitos de classe; a regulação estatal; entre outros.

Nessa conjuntura, é criada a estrutura sindical brasileira, com o Decreto-Lei no 19.770, de março de 1931, a “Lei de Sindicalização”. Nesse contexto, em 22 de setembro de 1931, um grupo de jovens engenheiros cria o Sindicato Central dos Engenheiros. De acordo com relatos do discurso de posse do primeiro presidente da entidade, na gestão 1941-1943, José Furtado Simas, “numa bela tarde de setembro de 1931 alguns engenheiros se reuniram na sede da ‘União dos Empregados do Comércio’ e arregimentavam-se sindicalmente, a fim de trabalhar em cooperação com o Governo Provisório.”

Mudança de nome reafirma militância

Quando o Ministério do Trabalho reconhece o sindicato, em 10 de maio de 1933, a entidade passa a ser denominada Sindicato Nacional dos Engenheiros e, em abril do mesmo ano, institui uma comissão encarregada de redigir o texto da lei sobre a regulamentação das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor.

Desse modo, o Decreto Federal 23.569, em 11 de dezembro de 1933, oficializa a profissão de engenheiro e, em 1966 tal decreto é revogado pela Lei no 5.194/66 de 24 de dezembro, que é a vigente.

Para fiscalização do exercício profissional, são criados o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (Confea), instituído por meio do Decreto 23.767 de 8 de janeiro de 1934, e oito Conselhos Regionais (Crea’s) em todo o território nacional.

Como efeito da Lei Orgânica de Sindicalização Profissional, são inaugurados sindicatos de engenheiros nos estados. Portanto, a instituição passa a se chamar Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SERJ).

Com orientação ideológica nacionalista, as atitudes sindicais são vistas frente às grandes questões estratégicas do país, como o problema da instalação da indústria siderúrgica no Brasil, e também na defesa feita pelo Sindicato ao monopólio estatal do petróleo.

A militância prossegue, bem como os ideais de valorização do profissional engenheiro e dos companheiros de luta

O início da busca por um salário digno

A criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), em abril de 1945, a onda de greves e as mobilizações por salários e direitos marcam a cena política do Brasil. Os movimentos sindicais atingem seu auge e o SERJ torna-se mais forte, na luta por aumento de salários.

O SERJ envia para a Presidência da República, em setembro de 1950, um projeto de lei pelo salário profissional: “Art. 1º – Fica estabelecido, em todo o território nacional, o salário mínimo para os engenheiros, arquitetos e agrônomos, portadores de carteira profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura no desempenho das funções de sua competência, (...), pelo decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e, quando funcionários da União, das autarquias, instituições paraestatais, ou de economia mista, pelos estatutos e regulamentos respectivos ou leis em vigor.”

Defesa por SMP bem sucedida

O Salário Mínimo Profissional, válido pela Lei 4.950-A/66, é considerado uma grande conquista da categoria dos engenheiros. A autoria do Projeto de Lei se deve ao então deputado trabalhista pelo estado do Amazonas, Almino Affonso, que durante o governo de João Goulart ocuparia o Ministério do Trabalho.

Após a transferência da capital da República para Brasília e a criação do novo estado, na década de 60, o então SERJ passa a ser chamado de Sindicato dos Engenheiros do Estado da Guanabara (SEEG). Com a mudança, é firmada nesse período a lei do SMP.

De acordo com relatos do ex-funcionário do SENGE-RJ, entre outubro de

1969 e abril de 1997, Annibal Theophilo Maia, “o Sindicato sempre lutou (...), pelo estabelecimento de um Salário Mínimo Profissional para o engenheiro e (...) muito se batalhou pela sua instituição”.

A data de afirmação do SMP, segundo Annibal, foi “no dia 12 de abril de 1966 (...). Reunido, o Congresso Nacional, agora em Brasília, rejeitou o veto presidencial ao projeto de lei 4.950-A, que por muito tempo havia tramitado na Câmara e no Senado Federais. Neste memorável dia, foi promulgada a Lei que viria instituir em definitivo a tão esperada reivindicação.”

Fora ditadura, apoio às Diretas!

A ditadura militar, a partir do Golpe de 1964, é implacável com as esquerdas. Num primeiro momento, a cassação política e o exílio são regras para aqueles ligados aos sindicatos e aos movimentos dos baixa-patentes, e penaliza também ofi-

Foto: Arquivo SENGE-RJ



O primeiro presidente do SENGE-RJ, Furtado Simas, ladeado por outros diretores do Sindicato

ciais nacionalistas. Mas entre as forças organizadoras do golpe, há quem se preocupe na formulação de um novo projeto.

O plano do novo governo expurga de toda a geração de sindicalistas de esquerda da luta social, mas os “velhos pelegos” retomam a força sindical. O aumento do desemprego e a política recessiva do novo bloco no poder atacam bases sociais do setor mais organizado da classe trabalhadora.

À frente da presidência do SEEG, em 1966, Arlindo Laviola segue a orientação do Regime para os aparelhos sindicais. As sucessivas gestões de Laviola primam pelo melhoramento das instalações do Sindicato, além do reforço nos serviços médicos, jurídicos, entre outros oferecidos pela entidade a seus associados. Em sua gestão de 1973, no dia 23 de março, é inaugurada uma nova sede para o Sindicato, a atual, localizada no edifício São Borja da Avenida Rio Branco.

Legados do sindicalismo

Um dos legados mais importantes é a extensão da base territorial do Sindicato, que em 1975, com o fim do estado da Guanabara e a fusão com Rio de Janeiro, passa a abranger apenas o município do Rio. Com a mudança, a entidade passa a adotar o atual nome de Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ).

O Sindicato participa ativamente de campanhas nacionais, como a pró-constituinte, greves gerais, vai contra à privatização, denuncia práticas neoliberais e os ataques à soberania. Há uma crise no sindicalismo, mas o SENGE-RJ retoma forças. Dessa forma, a militância prossegue.

Nossa história contada em capítulos

O historiador Demian Melo realiza um trabalho para o SENGE-RJ, o qual constitui no resgate da história dos 80 anos do Sindicato para a produção de um livro memória da fundação. O pesquisador recuperou informações marcantes do sindicalismo brasileiro. Além de lutas e vitórias, o Sindicato também passa por um período de controvérsias, como na ditadura militar. O panorama em que o SENGE-RJ se insere é dividido em três fases, sendo elas a Era Vargas (1930-45), o período República do Brasil (1945-64) e do Regime Militar (1964) à contemporaneidade.

O destaque que Demian dá às lutas pela implantação do Sindicato, em meio ao Estado Novo, consiste na regulamentação da profissão engenharia. E a criação dos conselhos Confea e Crea fortificam a garantia de aplicação das leis trabalhistas. “Na Era Vargas, o Sindicato realiza uma assembleia rebelde, a mais importante da época, já que era sem a presença do Ministério do Trabalho. A partir daí, outras categorias de sindicatos aderem à ideia e se articulam em conjunto”, informa Demian.

SMP em discussão desde já

A formulação para o chamado Salário Mínimo Profissional já inicia no final da década de 40, embora a lei só seja aprovada em 1966, conforme explica o historiador. “O Sindicato promove discursos e debates sobre o tema, que se repercute e se estende a outras profissões. E essa luta é uma conquista histórica”, afirma.

Já na ditadura...

Segundo Demian, a entidade sindical reedita medidas repressivas durante o governo Dutra, como o controle ideológico. “Mas em 1950, o então SERJ, a exemplo de outros sindicatos de força, como o dos jornalistas, se rebela contra essa medida”, conta.

Para o historiador, havia controvérsias na gestão do presidente do SENGE-RJ, entre as décadas de 70 e 80, Arlindo Laviola, pois mantinha e desenvolvia o Sindicato em sua base estrutural, mas colaborava com o Regime Militar. “Procuramos documentos nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, mas não localizamos informações sobre Laviola. Conhecemos sua forma de atuação com base na memória de outros militantes”, ressalta o pesquisador.

Após a queda do Regime, há um contraste significativo no sindicalismo. Jorge Bittar muda radicalmente a gestão do SENGE-RJ, na década de 80, e inicia uma campanha por redemocratização. “O novo sindicalismo, o revolucionário,

rompe com as práticas sociais do peleguismo e o Sindicato passa a se integrar com novos movimentos sociais.” A partir daí, a campanha pelas Diretas Já, o Primeiro de Maio de 1983, a reavaliação de políticas de importação, apoio à questão do mercado de trabalho, denúncias à desestatização e as numerosas lutas em prol da categoria vêm sendo

frequentes nas práticas do Sindicato. Segundo Demian, “a luta não acaba”.

Luta por melhores condições de trabalho

Fatos graves, como acidentes de trabalho, também a são debatidos pela instituição. A partir de graves acidentes com vítimas fatais ocorridos em grandes companhias, numerosas denúncias de insegurança no trabalho passam a ser feitas.

Além disso, Demian Melo resgata práticas do SENGE-RJ nos plebiscitos e nas iniciativas populares. E lembra algumas campanhas apoiadas pela entidade: “O Sindicato faz a campanha da dívida externa, em 1999; vai contra a Alca, em um plebiscito organizado com cerca de 10 milhões de participantes, em 2002, ano de eleição do Lula; defende o monopólio estatal do petróleo, posiciona-se pró pré-sal, entre outras ações, ou seja, formaliza uma sindicalização mais ativa”, finaliza.

Os jovens que, em 1931, criaram o Sindicato Central dos Engenheiros não imaginariam que ele chegasse ao século XXI forte e atuante, num mundo de tantas transformações tecnológicas, políticas e sociais



A recente diretoria, e seus representantes, na posse do atual presidente Olimpio dos Santos

A LUTA CONTINUA

Privatizações, desemprego e repressões nos anos 90 marcam o cenário sindical

O SENGE-RJ vive uma era de incertezas no final da década de 90. As demissões em massa, no Brasil da época, era resultado do ativo neoliberalismo. Mas o Sindicato se propõe a lutar e se mostra incansável em fazer valer os direitos dos trabalhadores da categoria.

A exemplo da militância, estão as lutas contra as privatizações das distribuidoras Light e CERJ (de energia elétrica), CEG (gás), das empresas de transporte sobre trilhos, Metrô e Flumitrens, e das empresas do sistema Telebras. Além disso, o SENGE-RJ faz parte de audiências públicas convocadas pela Aneel e pela Alerj, denunciando os maus serviços prestados pelas empresas privatizadas do setor elétrico, que acabaram resultando nos apagões, em 2001, no Rio de Janeiro.

O Sindicato, desde 1998, participa do movimento pela retomada da construção naval no Rio de Janeiro e faz uma série de publicações de Cadernos Temáticos e de livros importantes, como o “Brasil, reinventar o futuro”, além de produzir vídeos sobre temas de interesse público e apoiar a execução de vídeos, como “O

futuro da Terra e Heróis da Resistência”. Empenha-se, também, na criação da TV Comunitária, ao elaborar a série de programas de vídeo “Reage Brasil”.

O Sindicato ajuda na realização do Tribunal da Dívida Externa, realizado no Teatro João Caetano, e, em 1999, participa do movimento que impediu a cisão e a privatização de Furnas. Já no ano 2000, colabora na realização do Plebiscito da Dívida Externa, que levou 5,4 milhões de brasileiros a votar. Um ano depois, vai ao Tribunal das Privatizações, na Alerj, e contribui na CPI das Privatizações, na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, participa ativamente da Campanha contra a assinatura pelo Brasil do acordo da Alca.

Em compromisso contínuo, o SENGE-RJ tem apoiado movimentos sociais, como o MST pela Reforma Agrária, inclusive sediando em seu auditório, em 2001, o lançamento do livro “A História da Luta pela Terra e o MST”. Mais um apoio do Sindicato se dá em 2002, durante a campanha pela presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com 52,7 milhões de votos.



“O ambiente era tenso, mas jamais poderíamos supor que, 14 anos após a queda da ditadura militar, o gabinete do presidente de Furnas estaria ocupado pela PM. Mas valeu o risco de mostrar com firmeza que os trabalhadores não aceitariam a privatização de Furnas, mesmo quando tentavam nos associar a dinossauros ou corporativistas. Foi preciso o apagão de 2001 para que a sociedade visse claramente que a política de venda de patrimônio público era um bom negócio para alguns, mas com futuro literalmente sombrio para a maioria”.

SÉRGIO ALMEIDA

Ex-presidente do SENGE-RJ



Claudionor Santana

Sérgio Almeida chega ao gabinete da presidência de Furnas, ocupado pela PM, em 1999.



Samuel Tosta

O SENGE-RJ atuou decisivamente na coordenação do Plebiscito contra a Dívida Externa em 1999.



Arquivo

A campanha das Diretas Já teve uma das maiores participações populares da história do Brasil. O SENGE-RJ apoiou e também foi às ruas pedir a volta das eleições diretas para Presidente da República. Na foto acima, o comício da Candelária, em 10 de abril de 1984, que reuniu um milhão de pessoas.

O Sindicato defendeu o monopólio estatal do petróleo, na década de 40, e também que as obras consideradas de “interesse para a defesa nacional” fossem vetadas à participação de empresas e engenheiros estrangeiros.



Agência Petrobras

Claudionor Santana



Nesses 80 anos, o Sindicato foi palco importante de encontros que visaram o aperfeiçoamento da democracia brasileira, reunindo diversas personalidades. Na foto ao lado, o ex-presidente Lula entre as lideranças populares.

VIVER É SONHAR

*Há meio século Roosevelt já dizia:
O sonho é o tempero da vida.
Porque para cada problema
que surja,
Às vezes, um devaneio elucida.
Sonhar engloba várias ciências,
Telepatia, Premonição.
E com a ajuda da Terceira Visão,
Chegamos até a Clarividência.
O sonho alimenta o coitado,
Do pobre trabalhador brasileiro,
Que trabalha o dia inteiro.
E no almoço sonha encostado,
Pra esquecer seu pesadelo.
Por isso, enquanto eu respirar,
Nem a morte vai me parar.
Jamais vou deixar de sonhar!*

ELSON OLIVEIRA

• Em homenagem aos colaboradores da Engenharia Cultural, o JE agradece especialmente ao engenheiro eletricista Elson Oliveira, que em tantos anos de SENGE-RJ, é atuante em nossas lutas, por meio de suas poesias que alertam a sociedade a manter firme a vontade de sonhar para buscar as vitórias.

art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL



LEI 4950-A/66

SMP no topo das ações ganhas pelo SENGE-RJ

Entidade tem vitória em maior parte dos processos

A conquista pelo Salário Mínimo Profissional, em 1966, é referência aos engenheiros associados do SENGE-RJ. Embora muitas empresas tentem ir contra esse direito do profissional, a entidade está presente para apoiar os trabalhadores em prol da garantia de seus benefícios. Desse modo, entre as diversas ações judiciais solicitadas pelos engenheiros, em conjunto com o Sindicato, a exigência pelo SMP é a causa mais solicitada e que obtém maior êxito.

De acordo com o setor jurídico do SENGE-RJ, a maior parte, senão a totalidade, das ações a favor do cumprimento do SMP são vitoriosas. E, no que depender do Sindicato, a mobilização dos profissionais e a vigilância das instituições serão permanentes, no sentido de denunciar e acionar judicialmente os infratores.



Nº de horas trabalhadas por dia	Quantidade de Salários Mínimos	Salário Mínimo Vigente	Valor do SMP
6 horas	6	R\$545,00	R\$ 3.270,00 / mês
7 horas	7	R\$ 545,00	R\$ 4.087,50 / mês
8 horas	9	R\$ 545,00	R\$ 4.905,00 / mês

ACT do setor elétrico finalmente é fechado

Os trabalhadores do setor elétrico do Sistema Eletrobras negociavam, desde maio deste ano, o Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012 em busca da manutenção da política que privilegiasse tanto o aumento da massa salarial como o crescimento econômico. No entanto, os profissionais sofreram penalizações do Governo Federal. E, desta maneira, conforme conta o diretor do SENGE-RJ Gunter Angelkorte, foi elaborada uma pauta nacional de 55 itens, submetida a assembleias no Brasil e encaminhada à Eletrobras.

Duro início de negociações

De acordo com Gunter, os preparativos para as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012 do grupo Eletrobras ocorreu em março, em Fortaleza-CE, com o Encontro Nacional dos Eletricitários, promovido pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). Entre os temas da campanha, foram destacados a reposição salarial, a manuten-

CATEGORIA CONCLUI NEGOCIAÇÕES COM A ELETROBRAS

ção do ganho real, o abono salarial e melhorias no Plano de Cargos e Remunerações (PCR). Segundo o diretor do SENGE-RJ, seria preciso igualar os benefícios sociais para as 16 empresas do sistema Eletrobras, como creche, gratificação de férias, auxílio educacional, e focar na representação eleita dos empregados nos conselhos de administração das empresas.

"Desde o início da campanha deste ano, ficou claro que enfrentaríamos uma nova realidade na relação com o Governo Federal, já que o Governo Dilma adotou o discurso neoliberal de combater a inflação arrochando salários", ressalta Gunter. Na primeira reunião com o CNE, em maio, a Eletrobras não expôs o índice de reajuste salarial. "Em vez disso, a Eletrobras disse que, devido aos altos índices inflacionários e mediante as dificuldades com o superávit

primário, seria preciso uma reflexão dos trabalhadores". A resposta dos eletricitários veio por meio da mobilização, da paralisação das atividades e contra o argumento de que o "arrocho salarial causa recessão". O Governo Lula obteve sucesso durante a crise mundial em 2008-2009 por evitar o arrocho e melhorar a distribuição de renda.

Persistência

A luta por melhores salários e a continuidade da política de distribuição de renda, com o investimento nas empresas públicas e serviços de qualidade para todos, era e será a prioridade desses trabalhadores. Apesar dos problemas, Gunter afirma que o resultado foi razoável, já que a categoria enfrenta "a volta do neoliberalismo à política governamental brasileira, sendo possível perceber onde ocorrerá o próximo embate contra a ganância da iniciativa privada pelo patrimônio público, que é a questão das concessões do setor elétrico. E assim, a luta continua..." , finaliza.

SEMINÁRIO SMP

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL
Lei 4950A



21 de setembro
quarta-feira
às 18 horas

Entidades Debatedoras:
FNA, FISENGE
SENGE-RJ, SENGE-VR, SARJ e SINTEC-RJ

Local: Auditório do Senge-RJ
Av. Rio Branco, 277/17º andar,
Centro, Rio de Janeiro - RJ

COMPAREÇAM, SUA PRESENÇA É IMPORTANTE!

Alta tecnologia rumo ao interior

Diretor do SENGE-RJ defende criação de polo tecnológico na região Sul Fluminense

Em vista do projeto do Trem-Bala, que promete fazer o trajeto Rio-São Paulo em menos de duas horas, o diretor do Sindicato Stel Soares propõe a criação de um polo de alta tecnologia no interior do Estado do Rio de Janeiro, o que pode beneficiar todo o Brasil.

Segundo o engenheiro, o projeto do Trem-Bala é de responsabilidade da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e está em processo de desenvolvimento. “A criação de um polo de tecnologia nessa região do



interior do Rio desdobraria esse investimento do Trem-Bala”, informa Stel, em relação aos estimados R\$ 33 milhões orçados até então para o empreendimento.

Stel reafirma a importância da interiorização do SENGE-RJ, com a criação da Delegacia de Resende. “Com o processo de desenvolvimen-

to que hoje temos no Brasil e com a expansão industrial no Sul Fluminense, o número de engenheiros no interior aumentou. Além disso, o Sindicato deve reforçar a ideia do planejamento completo do empreendimento. E para isso deve haver participação integrada entre os governos municipal, estadual e federal”, finaliza.

COLUNA DO **DIEESE**

30 anos de trabalho conjunto

A parceria SENGE-RJ e DIEESE vem de longa data. O Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos (DIEESE) é uma instituição criada pelo movimento sindical brasileiro em 1955. Originalmente com escritório em São Paulo, ela se espalhou para mais 16 estados, com a criação dos escritórios regionais. No Rio de Janeiro, a abertura do escritório ocorreu em 1979, a partir da iniciativa de um conjunto de dirigentes/entidades sindicais, de um grupo de economistas que discutia política salarial no âmbito do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) e de sua articulação com o escritório nacional do DIEESE.

Nesse processo de abertura, o Sindicato dos Engenheiros teve papel importante. Além de sua participação na articulação política necessária à criação do escritório, dentre os trabalhos realizados pela equipe técnica do DIEESE, talvez um dos mais importantes para a consolidação do Escritório Regional do Rio de Janeiro tenha sido a pesquisa de perfil dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, patrocinada pelo CREA e apoiada politicamente pelo SENGE, presidido na ocasião por Jorge Bittar, que também

coordenava o DIEESE-RJ. Além da visibilidade que a pesquisa deu ao DIEESE, possibilitou, uma vez que era de âmbito estadual, o estabelecimento de contatos com boa parte do movimento sindical no estado, resultando num crescimento significativo do número de filiados.

Assim, do ponto de vista político, a atuação do SENGE no DIEESE merece ser destacada. Em diversos momentos, representantes do SENGE fizeram parte da Direção Sindical Regional do DIEESE. Além de Bittar (1982-83), participaram Paulo Granja (2000-02), Roberto Corrêa (2003-05), Clovis Nascimento (2006-08) e Olímpio dos Santos, que se encontra na atual gestão da DSR/RJ.

Em sua dimensão técnica, a parceria fundamenta-se num trabalho de assessoria que objetiva municiar a categoria em sua atividade sindical. Ocorre por meio da assessoria às negociações e da produção de pesquisas e estudos sobre temas importantes para os profissionais da engenharia, tais como: acompanhamento da dinâmica da economia e do mercado de trabalho, estudos sobre o comportamento dos salários, pesquisas sobre as características da categoria, análises setoriais e de desempenho de

empresas com que negociam, dentre outros.

Além disso, o DIEESE apoia a realização das atividades de organização e planejamento, como a Oficina de Planejamento da Ação Sindical, e desenvolve outras atividades de formação sindical, como o Seminário de Negociação Coletiva. Para tanto, o SENGE conta com a assessoria direta de técnicos do DIEESE que operam dentro de sua estrutura – a chamada subseção.

Atualmente está em curso a realização de nova pesquisa sobre o perfil do profissional de engenharia no estado, novamente executada pelo DIEESE. Tem como objetivo averiguar a inserção e condições de trabalho desse profissional, suas perspectivas em relação ao mercado e à atuação das entidades de representação da categoria, como o Sindicato e o CREA. Trata-se de importante instrumento para subsidiar a atuação do SENGE perante as mudanças que vem sofrendo o mundo do trabalho no Brasil e, também, a categoria.

DIEESE e SENGE compartilham parte de suas histórias. Na celebração de seus 80 anos, o DIEESE deseja ao SENGE a renovação de seus ideais de luta e de mais avanços na defesa dos direitos do trabalhador!

MENTIRAS DA FIESP

Ilumina contesta documento sobre concessões do setor elétrico e custo de energia

O Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina) disponibilizou estudo contestando argumentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que afirma que a realização de leilões para as novas concessões, que vencerão em 2015, reduzirá o valor das tarifas de energia elétrica e, por isso, a Fiesp opõe-se a prorrogação ou renovação das concessões hoje existentes.

O Ilumina questionou todos os tópicos do documento, o que está disponível no site www.ilumina.org.br, e afirma ser decepcionante o fato de uma entidade como a Fiesp, “se manifestar sobre um assunto de tamanha relevância por meio de um documento com argumentação frágil, utilizando retórica panfletária e números fantasiosos, sem mostrar a necessária fundamentação técnica para suportá-los, apenas tentando a conquista fácil da opinião pública com uma enganosa promessa de tarifas mais baixas, (...), proposta esta que não encontra respaldo na realidade dos fatos”, diz o artigo.

Modelo Mercantil é causa de tarifas altas

Segundo o Ilumina, não é o fato de prorrogar ou não o prazo das concessões, que vencem em 2015, que reduzirá o preço do custo da tarifa de energia elétrica: a tarifa é cara em função da implantação do Modelo Mercantil adotado para o setor. Será que a sociedade brasileira tem plena consciência de que o atual modelo mercantil do setor elétrico divide a população em duas classes de consumidores? Os consumidores “cativos”, clientes obrigatórios da distribuidora de sua área, e os consumidores “livres”, compram energia a quem quiser?

Os “cativos” pagam pela energia cerca de R\$ 0,35/kWh, sem impostos, enquanto os consumidores “livres” têm direito de comprar energia das geradoras e/ou de comercializadores a valores da ordem de R\$ 0,10/kWh, ou seja, R\$ 100,00/MWh, também sem impostos, quando em contratos de longo prazo, mas podem adquirir energia no chamado “mercado spot”, cujos preços variam semanalmente e podem chegar a R\$ 0,12/kWh (R\$ 120,00/MWh), sem impostos, como na semana de 13 a 19/08 passada.

“Finalmente, chega-se ao item de Conclusão do documento da Fiesp: se a lei atual não mais atende ao interesse público, que também seja mudada. O referencial é este, o interesse público”, finaliza.